

# **(RE)PENSAR O USO DE FERRAMENTAS EM CURSOS A DISTÂNCIA: CAMINHOS POSSÍVEIS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Sueli Matos Moreira da Rocha - SMEAG, [suelimoreiraa@gmail.com](mailto:suelimoreiraa@gmail.com)

Luciano Pereira da Silva - IFB, [lucianosrp@gmail.com](mailto:lucianosrp@gmail.com)

Gabriel Silva Nascimento – IFES, [tilgabriel@gmail.com](mailto:tilgabriel@gmail.com)

## **RESUMO**

*Assim como na educação presencial, as atividades desenvolvidas na modalidade a distância devem ser parte significativa das aulas, levando o aluno a aguçar sua percepção sobre o fenômeno que eventualmente poderá ser explicado e, desta forma, propiciar a construção do conhecimento. Sendo assim, pretende-se ao longo dessa pesquisa, refletir acerca da seguinte problemática: Quais recursos e atividades virtuais assíncronas são mais apropriados para serem utilizados nesses casos e de que modos as especificidades de alunos surdos poderiam ser contempladas na elaboração dessas atividades em cursos a distância? Através de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, notou-se que os recursos e os instrumentos disponibilizados na EaD, para além da tradução em Libras, precisam ser repensados e reformulados para atender a este público, cujo processo de aprendizagem é pautado no canal de visual. Assim, os materiais produzidos precisam ser pensados sob uma perspectiva objetiva, visual e dialógica evitando o excesso de textos escritos que sobrecarreguem cognitivamente o aluno e se constituam fatores desmotivadores que provocam a evasão dos cursos. Essa reflexão poderá contribuir para a formação de profissionais que atuam na EaD, de modo a repensar o ensino nessa modalidade de modo mais abrangente e acessível.*

**Palavras-chave:** educação a distância, surdez, acessibilidade.

## **1. INTRODUÇÃO**

Ser aluno de um curso a distância implicar em se organizar de modo diferenciado estabelecendo uma relação rotineira de estudos com leituras, pesquisas e interações no ambiente virtual. Nesse sentido, a autonomia se constitui em um fator preponderante para o sucesso do curso de modo que o próprio aluno consiga se organizar para acompanhar as aulas e realizar as atividades propostas acompanhando seu desempenho por meio de ferramentas específicas dentro da sua realidade. Dessa forma, mesmo que existam prazos

estabelecidos, cabe a ele definir o tempo e os momentos de interações e participações no ambiente virtual.

A Educação a Distância dispõe de recursos e tecnológicos diversos que auxiliam o educando ao longo desse processo, porém, a noção de autonomia aqui mencionada não significa estar isolado ao longo do processo de aprendizagem pois o ensino a distância envolve diferentes atores como: professores, tutores presenciais e a distância, designers entre outros cujo trabalho colaborativo é substancial para conduzir o aluno de modo que ele se aproprie das ferramentas presentes nos ambientes virtuais.

Apesar de todos esses recursos e ferramentas disponíveis e em constantes atualizações. O ensino a distância, hoje, depara-se com necessidade da ampliação e implantação de ações inclusivas, pois o contexto social tem apresentado uma nova forma de ensino com diferentes especificidades, em especial, no que diz respeito a escolarização de alunos surdos.

Embora a educação de surdos esteja vinculada diretamente ao campo da educação especial, intensos movimentos da Comunidade Surda vêm provocando novas reflexões em relação as especificidades desses sujeitos. Não no sentido de se contrapor as políticas de ação inclusiva, mas reconhecer os aspectos visuais que orientam a aprendizagem de uma comunidade cuja comunicação, expressão e constituição de identidade estão pautados em uma língua de sinais, no caso do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais, doravante Libras.

Reconhecida legalmente por meio da lei 10.436/02 a Libras se constitui como forma natural de comunicação e expressão dos surdos brasileiros, posteriormente regulamentada pelo decreto 5.626/05 que dispõe sobre a formação de profissionais que irão atuar no ensino, tradução e interpretação do par linguístico Libras – Língua Portuguesa.

A presença de uma legislação específica, não somente corrobora a necessidade de reconhecimento e consideração das especificidades

linguísticas e culturais dos surdos, como também representa conquistas significativas dos movimentos dessas comunidades e nos conduzem a pensar formas outras de organização do espaço escolar que estejam de acordo com essas questões linguísticas e culturais.

Assim, os desafios enfrentados na inclusão de surdos em salas regulares de ensino presencial, adquirem novas formas ao pensarmos a modalidade de ensino a distância, uma vez que nela, não se pretende recriar um modelo virtual do ambiente presencial, mas oferecer ferramentas que permitam ao aluno se apropriar de determinados saberes de modo ativo. Dia dessas questões e pensando a organização de atividades em uma língua oral que não é natural para os alunos surdos, quais formas seriam mais acessíveis na organização de atividades visando assegurar uma aprendizagem significativa para esses alunos é o que tencionamos ao longo desta pesquisa.

## **2. OBJETIVO**

Pensar a organização do ambiente virtual e atividades que contemplem de modo mais satisfatório as especificidades linguísticas dos surdos considerando questões de acessibilidade e autonomia em consonância com a legislação e as novas políticas de ação inclusiva.

## **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

Historicamente, a origem da Educação a Distância remonta as cartas escritas pelo apóstolo Paulo (registradas na Bíblia) para as comunidades cristãs da Ásia Menor, conforme afirmam Golvêa e Oliveira (2006). Nesse percurso é possível visualizar os fenômenos da transformação da correspondência para fins instrucionais em ferramentas tecnológicas mais modernas. Moran (2008) afirma que EaD é o sistema de ensino e aprendizagem intermediado por

tecnologias, e os protagonistas nesse contexto – aluno e professor – são separados espacial e/ou temporalmente.

Para compreender melhor a evolução dessa modalidade, Maia e Mattar (2007) a dividem em três gerações: 1ª geração – Ensino por correspondência que utiliza os recursos instrucionais e tecnológicos básicos materiais impressos, livros, apostilas; 2ª geração - Novas mídias e universidades, nessa utiliza Rádio, Vídeo, TV, Fitas cassetes; 3ª geração - on-line que tem como recurso a Internet, o MP3, os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), os vídeos, as animações, os ambientes 3D, as redes sociais e os fóruns. Pensando em aperfeiçoar o trabalho executado com Educação a distância emerge a necessidade regulamentação da estrutura funcional, e visando assegurar a qualidade surgem leis, decretos e regulamentos que são aprovados, e às vezes, modificados.

Uma Lei a destacar é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional viabilizando a democratização do acesso ao ensino, e afirma que a utilização do ensino a distância será para complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

Em contrapartida, gradativamente surgem leis, resoluções e portarias com a finalidade de estabelecer unicidade no ensino, além de assegurar qualidade dessa modalidade em cursos diversos como extensão, graduação, e pós-graduação, articulando novas formas e normas de funcionamento.

A LDB aponta, ainda, a organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores que tenham ato formal de reconhecimento, as formas de credenciamento e de avaliação dos cursos e apresenta o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino,

além de todo o mecanismo e estrutura que devem funcionar os cursos disponibilizados a distância, em que visa a qualidade.

A legislação voltada para a EaD preconiza a implantação, implementação, planejamento e gestão da funcionalidade dos mecanismos constitutivos do processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, viabiliza e promove a qualidade e regulação de funcionamento dos cursos a distância. Proporciona também aperfeiçoamento no permear dos cursos para que logre êxito no acesso e na articulação com o perfil do aluno que ingressa nessa rede de ensino.

Paralelamente, as novas políticas de ação inclusiva provocam um aumento significativo de matrículas de alunos com deficiência, dentre eles surdos a partir de legislações específicas e estudos que apontam novos caminhos teórico-metodológicos para este público através da língua de sinais.

Assim, percebe-se a presença de tradutores e intérpretes em espaços públicos, salas inclusivas, mídias e programas de TV e a demanda crescente de acesso por meio da Libras, legenda e recursos visuais, todos essenciais para o desenvolvimento social e acadêmico dos surdos.

No entanto, embora o aparelho legal tenha avançado ao tratar da educação de surdos, o processo de escolarização deles ainda está aquém do esperado pois o número de profissionais capacitados ainda não é suficiente para a demanda crescente, o que provoca prejuízos significativos na aprendizagem dos surdos cujo ensino ainda é pautado em metodologias que focam na questão auditiva.

Dentre esses prejuízos, o acesso à Língua Portuguesa escrita constitui uma das barreiras mais significativas. Apesar de a legislação preconizar que eles tenham acesso à língua oral em aulas de Português escrito como segunda língua, não somente isto não ocorre na maioria esmagadora de escolas

inclusivas como o acesso a Libras ocorre de modo tardio (NASCIMENTO, 2017).

Pensando essas questões no ambiente virtual de aprendizagem dos cursos a distância, naturalmente o excesso de materiais escritos na Língua Portuguesa emerge como uma barreira que trava todo o processo de aprendizagem na perspectiva da autonomia, uma vez que os surdos não usuários da língua escrita se apoiam na dependência de tradutores e intérpretes que versem o conteúdo para a Língua de Sinais.

Pensando assim, as estratégias na EaD devem ser colocadas em práticas para que a aprendizagem do aluno surdo possa ser aprendizagem efetiva, e assim os recursos e os instrumentos disponibilizados precisam ser adaptados para os alunos surdos, além da disponibilidade de um intérprete de Libras para traduzir as informações consoante ao curso oferecido. Contudo é necessário averiguar a efetividade dos recursos e das ferramentas instrucionais de um curso a distância sob um viés inclusivo para a comunidade surda. Os materiais a serem produzidos precisam ter expressão clara, objetiva, direta, específica e dialógica.

Deste modo, é preciso evitar o que for vago, impreciso, abstrato e genérico para que o aluno compreenda de forma sucinta o conhecimento e saber a ser construído. Rodrigues (2007, p.67-68) afirma a necessidade de ter clareza, buscar rapidez na comunicação, ter consistência, utilizar conexões textuais e apresentar multiplicidade de vozes com a intencionalidade de dialogar e construir o conhecimento. Para a produção de material para EaD, a autora destaca que é importante buscar “clareza no que se escreve. Um texto claro é aquele em que o tema e as informações importantes são tratados com precisão”.

Nesse contexto, o desenvolvimento do aluno surdo se dará de forma progressiva e com complexidade gradativa, portanto, a proposta curricular deve

adotar projetos que se baseie na interação sujeito objeto entrelaçada a ações que corroborem para aprendizagem. O ensino deve ocorrer de modo organizado e sistemático, não enfadonhamente metódico, mas motivador e intrigante.

#### **4. MATERIAIS E MÉTODOS**

Para dar forma as discussões, assumimos uma abordagem descritiva apresentando as principais ferramentas presentes nos ambientes de ensino virtual para posteriormente analisarmos as possibilidades e entraves que eles possam representar no processo de aprendizagem de alunos surdos. A pesquisa não objetiva estender as discussões sobre cada ferramenta, mas realizar um recorte para discutir as questões de acessibilidade e problematizar o modo como o ensino a distância tem sido experimentado pelos surdos.

#### **5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

As ferramentas presentes no ambiente virtual são diversas e possibilitam desde o acesso básico ao material dos cursos até a interação entre os alunos, tutores e professores, bem como a utilização de hiperlinks que direcionam rapidamente o conteúdo de modo complementar. Maia e Matar (2007, p. 17) elenca entre as ferramentas básicas para concretização da EaD as seguintes:

1. Fóruns: constituídos de temas definidos pelos docentes debatidos em grupo. Importante espaço para troca de experiências e informações;
2. Chat: ferramenta que proporciona integração entre os participantes;
3. Correio Eletrônico: recurso utilizado para troca de informações, normalmente relacionadas ao curso e envio de comunicados.
4. Repositório de Materiais On-Line: espaço no qual professores e tutores podem disponibilizar matérias complementares ou de apoio referentes ao tema abordado na disciplina;



5. Envio On-Line de Trabalhos e Atividades: possibilita a entrega de trabalhos ou atividades e o recebimento de feedback;
6. Tira Dúvida: permite a visualização e postagem de dúvidas frequentes.
7. Mural de Avisos: ambiente apropriado para comunicados e divulgações de avisos oficiais;
8. Enquete: espaço para pesquisa de opinião, serve como instrumento para obter opiniões diversas;
9. Diário: trata-se de uma ferramenta para organização pessoal do aluno;
10. Calendário: mostra atividades e programações agendadas do curso;

Considerando os itens 1, 2 e 3 como ponto de partida, entendemos que as interações principais irão ocorrer na língua escrita, nesse sentido as questões comunicativas seriam o primeiro entrave para os alunos surdos estabelecerem relações com seus colegas de curso. Pela dificuldade com a língua escrita, o modo de expressão dos surdos quando assim deles é requerido pode gerar estranheza pelo fato deles produzirem discursos utilizando palavras em Português, mas em uma ordem estrutural semelhante a Libras, o que chamamos de *Pidgin*, uma mistura de ambas as línguas.

Potencializar os usos dessas ferramentas implicaria numa associação de interações bilíngues em que a Libras e a Língua Portuguesa estivessem em constante uso. Assim postagens de vídeos com legendas, vocabulário objetivo e direto seriam alternativas iniciais para contornar essa questão.

O item 4 ao considerar a inserção de conteúdo tanto básico quanto complementar deverá ocupar uma parte significativa da organização do curso oferecendo materiais objetivos, infográficos, sínteses e sempre que possíveis recursos visuais e vídeos legendados ou traduzidos para que alcancem os alunos surdos.

Os itens 5, 6, 7 por sua vez geram menos dificuldades por se tratarem de ferramentas mais objetivas e pontuais, as quais a consulta a dicionários online e aplicativos de tradução automática podem ser significativos para o acesso.



O item 8, esbarraria ainda na questão da língua escrita, exceto ao tratar de questionários objetivos cujos recursos dos itens 5,6 e 7 poderiam novamente serem empregados

O item 9, se constitui em uma ferramenta potente para que o professor trabalhe de modo interdisciplinar o processo de escrita dos surdos, estando em contato com seus registros, oferecendo correções e sugestões para melhor coesão e coerência e recursos específicos. Da mesma seria possível abrir espaço para que as narrativas e experiências dos alunos sejam produzidas também em Língua de Sinais e sempre que possível com legendas, visibilizando de modo mais claro e pessoal a participação do aluno.

O item 10, por sua vez oferece pouca resistência para utilização por sua objetividade servindo como ferramenta de acompanhamento e organização pessoal dos alunos.

## **6. CONCLUSÃO**

A educação a distância ganha destaque dentre as outras modalidades de ensino pelo fato da aprendizagem pode ser mediada de forma assíncrona. Isso é um fator positivo tanto para empresas como para escolas que tem como objetivo principal capacitar e formar pessoas e que se deparam com diversos entraves como a falta de tempo, a falta de recursos básicos para manter um curso presencial, a falta de oportunidades.

Ao longo dessa pesquisa, buscamos apresentar por uma breve incursão histórica da EaD e políticas inclusivas para surdos, relações entre as especificidades linguísticas desses alunos e o uso de ferramentas básicas presentes nos ambientes virtuais.

Entendemos que uma tentativa de aproximação de produção de materiais e organização do espaço de modo visual representa uma potência significativa para aprendizagem dos surdos, principalmente quando mediadas pela Libras e

recursos de acessibilidade. Este trabalho contribui para dar início as discussões nesse sentido, mesmo que de modo superficial, uma vez que cada uma das ferramentas pode ser explorada de modo ainda mais específico em pesquisas futuras.

Pensar a EaD e seus recursos como caminho possível na democratização do ensino e acesso dos surdos desponta como um novo desafio em meio as novas políticas de inclusão.

## 7. REFERÊNCIAS

GOUVÊA, Guaracira; OLIVEIRA, Carmem Irene. **Educação a distância na formação de professores**: viabilidade, potencialidades e limites. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

MAIA, C. e MATTAR, J. **ABC da EaD**: educação a distância hoje. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MORAN, J. M. **O Que é Educação a Distância**. 1994 (atualizado em 2008). Disponível em:  
<[http://www.prodocente.redintel.com.br/cursos/000009/colaboracao/art\\_ead\\_moran\\_que\\_e\\_educacao\\_a\\_distancia.pdf](http://www.prodocente.redintel.com.br/cursos/000009/colaboracao/art_ead_moran_que_e_educacao_a_distancia.pdf)>. Acesso em 29 out. 2016

NASCIMENTO, Gabriel S. Experiências e desafios no ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para Surdos. **IV Congresso Regional de Formação e Educação a Distância**, 2017. Vitória.

RODRIGUES, Sonia. Aula 04: Linguagem: significados e funções. In: **Planejamento e elaboração de material didático impresso para Ensino a Distância**. Organizadora: Cristiane Costa Barreto. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2007. (51-70)